



RePLAN

Rede de Serviços de Planeamento
e prospetiva da Administração Pública

Instrumentos de Planeamento 2023

Lista e Nota Metodológica

FICHA TÉCNICA

Título

Instrumentos de Planeamento de 2023: Lista e Nota Metodológica

Data

Março 2024

Autoria

Equipa Multissetorial de Planeamento Estratégico da RePLAN - Rede de Serviços de Planeamento e Prospetiva da Administração Pública

replan@planapp.gov.pt

Índice

Introdução	4
Instrumentos de Planeamento	5
Instrumentos de Enquadramento aos Processos de Planeamento.....	14
Nota Metodológica sobre a Lista de Instrumentos de Planeamento de 2023	16

Introdução

A Lista de Instrumentos de Planeamento (IP) é um retrato dos elementos do Sistema de Planeamento Nacional, centrado no âmbito geográfico nacional, em 2023. A Lista de IP tem por base uma metodologia integrada, assente em critérios objetivos para determinar se um determinado documento de política pública é um IP.

A presente Lista contempla uma tabela principal referente aos Instrumentos de Planeamento, bem como uma segunda tabela com documentos de enquadramento dos processos de planeamento, destacados pela função orientadora dos processos de planeamento, nas respetivas áreas temáticas.

A metodologia é descrita em detalhe na secção “Nota Metodológica sobre a Lista de Instrumentos de Planeamento de 2023”, cuja leitura é complementar.

Instrumentos de Planeamento

#	Área Governativa	Designação	Ato normativo que aprova ou prevê o instrumento
00008	Primeiro-Ministro	Programa do XXIII Governo Constitucional 2022-2026	Constituição da República Portuguesa, artigo 188.º
00009	Primeiro-Ministro	Estratégia Nacional de Segurança do Ciberespaço 2019-2023 (ENSC)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 92/2019, de 5 de junho
00021	Primeiro-Ministro	Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais 2020-2030 (PNGIFR)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 45-A/2020, de 16 de junho (PNGIFR)
	a Primeiro-Ministro	<ul style="list-style-type: none"> Programa Nacional de Ação do PNGIFR 	Resolução do Conselho de Ministros n.º 71-A/2021, de 8 de junho (Programa Nacional de Ação do PNGIFR)
00100	Primeiro-Ministro	Estratégia para a Inovação e Modernização do Estado e da Administração Pública	Resolução do Conselho de Ministros n.º 55/2020, de 31 de julho
00101	Primeiro-Ministro	Estratégia para a Transformação Digital na Administração Pública	Resolução do Conselho de Ministros n.º 131/2021, de 10 de setembro
00199	Primeiro-Ministro	Estratégia Nacional para os Territórios Inteligentes	Resolução do Conselho de Ministros n.º 176/2023, de 18 de dezembro
01001	Presidência do Conselho de Ministros	PNR – Programa Nacional de Reformas (PNR 2023)	Regulamento (UE) 1175/2011 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de Novembro de 2011
01004	Presidência do Conselho de Ministros	Estratégia Portugal 2030	Resolução do Conselho de Ministros n.º 98/2020, de 13 de novembro de 2020
01005	Presidência do Conselho de Ministros	Lei das Grandes Opções (2023-2026)	Lei n.º 38/2023, de 2 de agosto
01006	Presidência do Conselho de Ministros	Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) – Recuperar Portugal, Construindo o Futuro	Decisão de Execução do Conselho 13351/23, Bruxelas, 9 de outubro de 2023
01063	Presidência do Conselho de Ministros; Trabalho, Solidariedade e Segurança Social	Estratégia Nacional de Combate à Pobreza 2021-2030	Resolução do Conselho de Ministros n.º 184/2021, de 29 de dezembro
	a Presidência do Conselho de Ministros; Trabalho, Solidariedade e Segurança Social	<ul style="list-style-type: none"> Plano de Ação da Estratégia Nacional de Combate à Pobreza 2022-2025 	Resolução do Conselho de Ministros n.º 126/2023, de 17 de outubro

#	Área Governativa	Designação	Ato normativo que aprova ou prevê o instrumento
01148	Presidência do Conselho de Ministros; Finanças; Ambiente e Ação Climática	Estratégia Nacional para as Compras Públicas Ecológicas 2030 – ECO360	Resolução do Conselho de Ministros n.º 13/2023, de 10 de fevereiro
01172	Presidência do Conselho de Ministros; Finanças	Estratégia Nacional Antifraude no âmbito da Prevenção e Combate à Fraude na aplicação dos Fundos do Orçamento da União Europeia para o período de 2023-2027	Despacho n.º 7833/2023, de 27 de julho
01206	Presidência; Economia e Mar; Ciência, Tecnologia e Ensino Superior; Coesão Territorial.	Estratégia Nacional para uma Especialização Inteligente 2030	N/A
01236	Presidência do Conselho de Ministros	Acordo de Parceria Portugal 2030	Decisão de Execução da Comissão Europeia C(2022) 4777 final, Bruxelas 12 julho 2022
	a Presidência do Conselho de Ministros; Economia e Mar	<ul style="list-style-type: none"> • Compete 2030 - Programa Temático Inovação e Transição Digital 	Decisão de Execução da Comissão Europeia C(2022) 9321 final, Bruxelas 14 dezembro
	b Presidência do Conselho de Ministros; Educação; Trabalho, Solidariedade e Segurança Social	<ul style="list-style-type: none"> • Pessoas 2030 - Programa Temático Demografia, Qualificações e Inclusão 	Decisão de Execução da Comissão Europeia C(2022) 8753 final, Bruxelas, 25.11.2022
	c Presidência do Conselho de Ministros; Ambiente e Ação Climática	<ul style="list-style-type: none"> • Sustentável 2030 - Programa Temático para a Ação Climática e Sustentabilidade 	Decisão de Execução da Comissão Europeia C(2022) 9619 final, Bruxelas, 14.12.2022
	d Presidência do Conselho de Ministros; Economia e Mar	<ul style="list-style-type: none"> • Mar 2030 	Decisão de Execução da Comissão Europeia C(2022) 8925 final, Bruxelas, 1.12.2022
	e Presidência do Conselho de Ministros; Assuntos Parlamentares	<ul style="list-style-type: none"> • FAMI 2030 	Decisão de Execução da Comissão Europeia C(2022)9332 final, Bruxelas, 8.12.2022
	f Presidência do Conselho de Ministros	<ul style="list-style-type: none"> • Programa de Assistência Técnica 2030 	Decisão de Execução da Comissão Europeia C(2022) 9306 final, Bruxelas, 14.12.2022
01275	Presidência do Conselho de Ministros; Economia e Mar	Agenda para a Competitividade do Comércio e Serviços 2030	Resolução do Conselho de Ministros n.º 13/2024, de 12 de janeiro
02073	Negócios Estrangeiros	Programa Internacionalizar 2030	Resolução do Conselho de Ministros n.º 20/2021, de 19 de março

#	Área Governativa	Designação	Ato normativo que aprova ou prevê o instrumento
02103	Negócios Estrangeiros	Estratégia da Cooperação Portuguesa para o Desenvolvimento 2030	Resolução do Conselho de Ministros n.º 121/2022, de 9 de dezembro
03197	Defesa nacional	Estratégia de Desenvolvimento da Base Tecnológica e Industrial de Defesa 2023 -2033	Resolução do Conselho de Ministros n.º 52/2023, de 5 de junho
03285	Defesa nacional	Estratégia Nacional de Ciberdefesa	Resolução do Conselho de Ministros n.º 106/2022, de 2 de novembro
03319	Defesa nacional	Estratégia da Defesa Nacional para o Ambiente, Segurança e Alterações Climáticas	Despacho n.º 12427/2023, de 15 de novembro
04010	Administração Interna	Estratégia Nacional para uma Proteção Civil Preventiva 2030 (ENPCP)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 112/2021, de 11 de agosto
04096	Administração Interna	Estratégia Nacional de Combate ao Terrorismo	Resolução do Conselho de Ministros n.º 40/2023, de 3 de maio.
04289	Administração Interna	Estratégia Integrada de Segurança Urbana	Resolução do Conselho de Ministros n.º 91/2023, de 9 de agosto
05091	Justiça	Estratégia Nacional de Anticorrupção 2020-2024	Resolução do Conselho de Ministros n.º 37/2021, de 6 de abril
06002	Finanças	Programa de Estabilidade 2023-2027	Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, na sua redação atual
06007	Finanças	Orçamento do Estado para 2023	Lei n.º 24-D/2022, de 30 de dezembro
06151	Finanças	Orçamento do Estado para 2024	Lei n.º 82/2023, de 29 de dezembro
07075	Assuntos Parlamentares	II Plano Nacional para a Juventude (II PNJ)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 77/2022, de 13 de setembro
07092	Assuntos Parlamentares	Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018-2030 “Portugal + Igual” (ENIND)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 61/2018, de 21 de maio
	a Assuntos Parlamentares	<ul style="list-style-type: none"> • Planos de Ação da Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação — Portugal + Igual 	Resolução do Conselho de Ministros n.º 92/2023, de 14 de agosto
03092	b Defesa Nacional	<ul style="list-style-type: none"> • Plano Setorial da Defesa Nacional para a Igualdade* 	Despacho n.º 12393/2022, de 24 de outubro

* Apesar do IP pertencer à Área Governativa da Defesa Nacional, o IP surge na sequência dos IP (07092) associados ao mesmo processo de planeamento.

#	Área Governativa	Designação	Ato normativo que aprova ou prevê o instrumento
07095	Assuntos Parlamentares	Plano Nacional de Combate ao Racismo e à Discriminação 2021-2025 (PNCRD)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 101/2021, de 28 de julho
07104	Assuntos Parlamentares	Plano Nacional de Implementação do Pacto Global das Migrações	Resolução do Conselho de Ministros n.º 141/2019, de 20 de agosto
07129	Assuntos Parlamentares	Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas 2013-2023 (ENICC)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 154/2018, de 29 de novembro Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2023, de 3 de maio
08069	Economia e Mar	Estratégia Turismo 2027 (ET2027)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 134/2017 de 27 de setembro
08071	Economia e Mar	Plano Reativar o Turismo Construir o Futuro	Resolução do Conselho de Ministros n.º 76/2021, de 16 de junho
08087	Economia e Mar; Ambiente e Ação Climática	Estratégia Industrial para as Energias Renováveis Oceânicas (EI-ERO)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 174/2017, de 24 de novembro
08097	Economia e Mar	Estratégia Nacional para o Mar 2021-2030 (ENM 2021-2030)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 68/2021, de 4 de junho
	a Economia e Mar	<ul style="list-style-type: none"> Plano de ação da Estratégia Nacional para o Mar 2021-2030 	Resolução do Conselho de Ministros n.º 120/2021, de 1 de setembro de 2021
08143	Economia e Mar; Agricultura e Alimentação	Plano Estratégico da Pequena Pesca	Resolução do Conselho de Ministros n.º 131/2022, de 21 de dezembro
08167	Cultura; Economia e Mar; Trabalho, Solidariedade e Segurança Social	Programa «Saber-Fazer» / Estratégia nacional para as artes e ofícios tradicionais para os anos de 2021-2024	Resolução do Conselho de Ministros n.º 89/2020, de 23 de outubro
08212	Economia e Mar	CITec - Programa Capacitar a Indústria Portuguesa	Resolução do Conselho de Ministros n.º 84/2016;
	a Economia e Mar	<ul style="list-style-type: none"> FITEC (Fundo de Inovação, Tecnologia e Economia Circular) 	Decreto-Lei n.º 86-C/2016; Portaria n.º 258/2017
08233	Economia e Mar; Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	Estratégia Nacional para os Semicondutores	Resolução do Conselho de Ministros n.º 12/2024, de 8 de janeiro
09056	Cultura; Educação	Plano Nacional das Artes 2019-2024 (PNA)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 42/2019, 21 de fevereiro

#	Área Governativa	Designação	Ato normativo que aprova ou prevê o instrumento
09163	Cultura, Educação	Plano Nacional de Cinema 2021-2030	Despacho n.º 65/2022, de 5 de janeiro
09168	Cultura; Trabalho, Solidariedade e Segurança Social	Estratégia de Promoção da Acessibilidade e Inclusão nos Museus, Monumentos e Palácios 2021-2025	Despacho n.º 2016/2022, de 15 de fevereiro
10138	Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	Portugal Espaço 2030	Resolução do Conselho de Ministros n.º 30/2018, de 12 de março
11076	Educação	Plano 23 24 Escola+, plano de recuperação de aprendizagens	Resolução do Conselho de Ministros n.º 80-B/2023, de 18 de julho
11077	Educação	Plano Nacional de Leitura 2027	Resolução do Conselho de Ministros n.º 48-D/2017, de 31 de março
12074	Trabalho, Solidariedade e Segurança Social	Programa Regressar	Resolução do Conselho de Ministros n.º 60/2019, de 28 de março
12128	Trabalho, Solidariedade e Segurança Social	Estratégia Nacional para a Inclusão das Pessoas com Deficiência 2021-2025 (ENIPD)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 119/2021, de 31 de agosto
12130	Trabalho, Solidariedade e Segurança Social	Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas em Situação de Sem-Abrigo: Prevenção, Intervenção e Acompanhamento (ENIPSSA 2017-2024)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 107/2017, de 25 de julho Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2024, de 24 de janeiro
12131	Trabalho, Solidariedade e Segurança Social	Estratégia Nacional para os Direitos da Criança 2021-2024 (ENDC)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 112/2020, de 18 de dezembro
12147	Trabalho, Solidariedade e Segurança Social	Plano de Ação da Garantia para a Infância 2022-2030	Resolução do Conselho de Ministros n.º 3/2023, de 17 de janeiro
12276	Trabalho, Solidariedade e Segurança Social	Plano de Ação do Envelhecimento Ativo e Saudável 2023-2026	Resolução do Conselho de Ministros n.º 14/2024, de 12 de janeiro
13112	Saúde	Estratégia Nacional para a Promoção da Atividade Física, da Saúde e do Bem-Estar	Despacho n.º 6401/2016, de 16 de maio
	a Saúde	<ul style="list-style-type: none"> • Programa Nacional para a Promoção da Atividade Física (PNPAF) 	Despacho n.º 6401/2016, de 16 de maio
13114	Saúde	Plano Nacional de Saúde (PNS)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 93/2023, de 16 de agosto

#	Área Governativa	Designação	Ato normativo que aprova ou prevê o instrumento
13115	Saúde	Plano Nacional para a Segurança dos Doentes 2021-2026 (PNSD 2021-2026)	Despacho n.º 9390/2021, de 24 de setembro
13117	Saúde	Programa Nacional para a Diabetes	Despacho n.º 6401/2016, de 16 de maio
13196	Saúde	Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e das Dependências 2030	Resolução do Conselho de Ministros n.º 115/2023, de 26 de setembro
13255	Saúde	Programa Nacional de Promoção de Saúde Oral 2021-2025	Despacho n.º 5201/2021, de 24 de maio
13259	Saúde	Plano de Contingência Saúde Sazonal - Módulo Inverno 2022	Despacho n.º 2483/2017, de 23 de março
13260	Saúde	Plano de Contingência Saúde Sazonal - Módulo Verão 2022	Despacho n.º 2483/2017, de 23 de março
13261	Saúde	Plano Nacional de Prevenção e Controlo de Doenças Transmitidas por Vetores	Lei n.º 4/2016, de 29 de fevereiro
13269	Saúde	Estratégia Nacional de Luta contra o Cancro 2021-2030	Despacho n.º 13227/2023, de 27 de dezembro
14025	Agricultura e Alimentação; Ambiente e Ação Climática	Plano de Ação para a Bioeconomia Sustentável - Horizonte 2025	Resolução do Conselho de Ministros n.º 183/2021, de 28 de dezembro e Despacho n.º 6787/2020, de 1 de julho
14026	Agricultura e Alimentação; Ambiente e Ação Climática	Estratégia Nacional para os Efluentes Agropecuários e Agroindustriais 2030 (ENEAPAI 2030)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 6/2022, de 25 de janeiro
14003	Infraestruturas; Ambiente e Ação Climática; Agricultura e Alimentação	Programa Nacional de Investimentos 2030 (PNI 2030)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 192/2023, de 26 de dezembro
14017	Ambiente e Ação Climática	Estratégia Nacional para as Florestas (ENF)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 6-B/2015, de 4 de fevereiro
14028	Ambiente e Ação Climática	Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030 (ENCNB)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 55/2018, de 5 de abril
14029	Ambiente e Ação Climática	Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAAAC 2020)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 56/2015, de 30 de julho
	a Ambiente e Ação Climática	<ul style="list-style-type: none"> Programa de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas (P-3AC) 	Resolução do Conselho de Ministros n.º 130/2019, de 2 de agosto

#	Área Governativa	Designação	Ato normativo que aprova ou prevê o instrumento
14030	Ambiente e Ação Climática	Estratégia Nacional para a Gestão Integrada da Zona Costeira (ENGIZC)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 82/2009, de 8 de setembro
14035	Ambiente e Ação Climática	Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais e Pluviais 2030 (PENSAARP 2030)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 23/2024, de 5 de fevereiro
14036	Ambiente e Ação Climática	Plano Estratégico para os Resíduos não Urbanos (PERNU 2030)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 127/2023, de 18 de outubro
14037	Ambiente e Ação Climática	Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos (PERSU 2030)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 30/2023, de 24 de março
14038	Ambiente e Ação Climática	Plano Nacional da Água (PNA)	Decreto-Lei n.º 76/2016, de 9 de novembro
14039	Ambiente e Ação Climática	Plano Nacional de Gestão de Resíduos (PNGR 2030)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 31/2023, de 24 de março
14047	Ambiente e Ação Climática	Roteiro para a Neutralidade Carbónica (RNC 2050)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 107/2019, de 1 de julho
14051	Ambiente e Ação Climática	Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação 2014-2024 (PANCD)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 78/2014, de 24 de dezembro
14082	Ambiente e Ação Climática	Estratégia Nacional de Longo Prazo para o Combate à Pobreza Energética 2023-2050	Resolução do Conselho de Ministros n.º 11/2024, de 8 de janeiro
14083	Ambiente e Ação Climática	Estratégia Nacional para o Hidrogénio (EN-H2)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 63/2020, de 14 de agosto
14084	Ambiente e Ação Climática	Plano Nacional de Energia e Clima 2030 (PNEC 2030)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2020, de 10 de julho
14088	Ambiente e Ação Climática	Estratégia de Longo Prazo para a Renovação dos Edifícios (ELPRE)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 8-A/2021, de 3 de fevereiro
14133	Ambiente e Ação Climática	Estratégia Nacional para a Mobilidade Ativa 2020-2030 (ciclável + pedonal)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 67/2023, de 7 de julho Resolução do Conselho de Ministros n.º 131/2019, de 2 de agosto

#	Área Governativa	Designação	Ato normativo que aprova ou prevê o instrumento
	a Ambiente e Ação Climática	<ul style="list-style-type: none"> Estratégia Nacional para a Mobilidade Ativa Pedonal 2020-2030 	Resolução do Conselho de Ministros n.º 67/2023, de 7 de julho
	b Ambiente e Ação Climática	<ul style="list-style-type: none"> Estratégia Nacional para a Mobilidade Ativa Ciclável (ENMAC) 2020-2030 	Resolução do Conselho de Ministros n.º 131/2019, de 2 de agosto
14137	Ambiente e Ação Climática	Política Nacional de Arquitetura e Paisagem	Resolução do Conselho de Ministros n.º 45/2015, de 4 de julho
14144	Ambiente e Ação Climática	Plano Nacional para o Radão	Resolução do Conselho de Ministros n.º 150-A/2022, de 29 de dezembro
14284	Ambiente e Ação Climática	Plano de Poupança da Energia 2022-2023	Resolução do Conselho de Ministros n.º 82/2022, de 27 de setembro
15179	Infraestruturas	Estratégia para o Aumento da Competitividade da Rede de Portos Comerciais do Continente	Resolução do Conselho de Ministros n.º 175/2017, de 24 de novembro
16089	Habitação	Programa Nacional de Habitação (2022-2026)	Lei n.º 2/2024, de 5 de janeiro
17054	Coesão Territorial	Programa de Valorização do Interior (PVI)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 116/2018, 14 de julho
17055	Coesão Territorial	Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT)	Lei n.º 58/2007, de 4 de setembro
18012	Agricultura e Alimentação	Agenda de Inovação para a Agricultura 2020-2030 "Terra futura"	Resolução do Conselho de Ministros n.º 86/2020, de 13 de outubro
18013	Agricultura e Alimentação	Estratégia Nacional de Combate ao Desperdício Alimentar (ENCDA)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 46/2018, de 27 de abril
18014	Agricultura e Alimentação	Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (ENSANP)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 132/2021, de 13 de setembro
18015	Agricultura e Alimentação	Estratégia Nacional para a Agricultura Biológica (ENAB)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 110/2017, de 27 de julho
18016	Agricultura e Alimentação	Estratégia Nacional para a Promoção da Produção de Cereais (ENPPC)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 101/2018, de 26 de julho

#	Área Governativa	Designação	Ato normativo que aprova ou prevê o instrumento
18018	Agricultura e Alimentação	Estratégia Nacional para programas operacionais sustentáveis de organizações de produtores de frutas e produtos hortícolas	Portaria n.º 295-A/2018, de 2 de novembro
18020	Agricultura e Alimentação	Plano Estratégico da Política Agrícola Comum (PEPAC 2023-2027)	Decisão de Execução da Comissão Europeia C(2022) 6019 final, Bruxelas, 31.8.2022

Instrumentos de Enquadramento aos Processos de Planeamento

#	Área Governativa	Designação	Ato normativo que aprova ou prevê o instrumento
00062	Primeiro-Ministro; Economia e Mar	Estratégia de Inovação Tecnológica e Empresarial para Portugal 2018-2030	Resolução do Conselho de Ministros n.º 25/2018, de 8 de março
00070	Primeiro-Ministro; Economia e Mar	Plano de Ação para a Transição Digital (PATD) — Portugal Digital	Resolução do Conselho de Ministros n.º 30/2020, de 21 de abril
02169	Negócios Estrangeiros; Cultura Economia e Mar	Programa de Ação Cultural Externa	Resolução do Conselho de Ministros n.º 70/2016, de 22 de novembro
03060	Defesa nacional	Conceito Estratégico de Defesa Nacional	Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2013, de 5 de abril
03317	Defesa nacional	Diretiva de Orientação Política para o Planeamento das Forças Nacionais Destacadas para o ciclo 2023/2024	N/A
03318	Defesa nacional	Diretiva Ministerial Orientadora do Ciclo de Planeamento de Defesa	N/A
06156	Finanças	Lei de Enquadramento Orçamental	Lei 151/2015, de 11 de setembro, na sua redação atual
08066	Economia e Mar	Estratégia Nacional para a Digitalização da Economia – Indústria 4.0 (2.ª fase)	N/A
08067	Economia e Mar	Estratégia Nacional para o Empreendedorismo – StartUp Portugal +	N/A
08098	Economia e Mar	Linhas de orientação estratégica e recomendações para a implementação de uma Rede Nacional de Áreas Marinhas Protegidas (AMP)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 143/2019, de 29 de agosto
08099	Economia e Mar	Plano de Situação do Ordenamento do Espaço Marítimo (PSOEM)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 203-A/2019, de 30 de dezembro
08192	Economia e Mar	Plano de Turismo + Sustentável	N/A
08203	Economia e Mar	Estratégias de Eficiência Coletiva (Clusters de Competitividade)	Despacho n.º 1172/2024, de 31 de janeiro
08204	Economia e Mar	Estratégias de Eficiência Coletiva (Turismo de Portugal)	Regulamento n.º 371/2022, de 13 de abril
08240	Economia e Mar	Plano Estratégico para a Aquicultura Portuguesa 2021-2030	N/A

#	Área Governativa	Designação	Ato normativo que aprova ou prevê o instrumento
08311	Economia e Mar	Programa Interface	N/A
13110	Saúde	Estratégia da Saúde para a Área das Demências	Despacho n.º 5988/2018, de 19 de junho
13267	Saúde	Estratégia de Saúde para as pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Intersexo - LGBTI	Despacho n.º 5643/2023, de 17 de maio
13271	Saúde	Estratégia Nacional para a Alimentação do Lactente e da Criança Pequena	Despacho n.º 4411/2018, de 4 de maio
14034	Ambiente e Ação Climática	Plano de Prevenção, Monitorização e Contingência para situações de Seca	Resolução do Conselho de Ministros n.º 80/2017, de 7 de junho
14180	Ambiente e Ação Climática	Lei de Bases do Clima	Lei n.º 98/2021, de 31 de dezembro
14181	Ambiente e Ação Climática	Plano Setorial da Rede Natura 2000 (PSRN2000)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 115-A/2008, de 21 de julho
14323	Ambiente e Ação Climática	Regime Jurídico de Conservação da Natureza e da Biodiversidade	Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho, na sua redação atual
15061	Infraestruturas	Estratégia da Distribuição da Quinta Geração de Comunicações Móveis	Resolução do Conselho de Ministros n.º 7-A/2020, de 7 de fevereiro
15185	Infraestruturas	Plano Rodoviário Nacional	Decreto-Lei n.º 222/98, de 17 de julho

Nota Metodológica sobre a Lista de Instrumentos de Planeamento de 2023

Enquadramento do Exercício

A Lista de Instrumentos de Planeamento (IP) é um retrato dos elementos do Sistema de Planeamento Nacional, centrado no âmbito geográfico nacional, em 2023. A Lista de IP partiu de um levantamento e uma análise que identifica e caracteriza uma classe de instrumentos de política pública – os Instrumentos de Planeamento. A presente nota metodológica incide sobre o processo de elaboração da Lista de IP e descreve as opções metodológicas adotadas para o exercício, pelo que é um documento complementar a Lista de IP divulgada publicamente.

A Lista dos Instrumentos de Planeamento foi desenvolvida durante o ano de 2023 no contexto da Rede de Serviços de Planeamento e Prospetiva da Administração Pública (REPLAN), em particular no seio da Equipa Multissetorial de Planeamento Estratégico (EMPE). A Lista surgiu de forma natural e consensual no decurso dos trabalhos levados a cabo pela EMPE, previstos no seu plano de ação para 2023-2024. O trabalho subjacente à criação da Lista foi feito colaborativamente, em articulação estreita e recorrente com as entidades-membro da REPLAN.

Previamente à elaboração da Lista, o Centro de Competências de Planeamento, de Políticas e de Prospetiva da Administração Pública (PlanAPP) levou a cabo um diagnóstico amplo do sistema de planeamento nacional, com análises de múltiplos elementos de planeamento. As principais conclusões desses trabalhos foram partilhadas e discutidas em sede da EMPE da REPLAN. Essa interação evidenciou uma perceção coletiva comum em torno da realidade do planeamento e dos seus principais desafios. Importa ressaltar também que o PlanAPP também tinha já ensaiado um mapeamento dos instrumentos de planeamento em Portugal, pelo que havia alguma reflexão em torno dos desafios de um levantamento exaustivo e objetivo de uma classe/tipologia de instrumentos de política – os Instrumentos de Planeamento

O trabalho de elaboração, e a própria Lista dos Instrumentos de Planeamento, são inovadores no contexto da Administração Pública em Portugal, uma vez que assentam num trabalho em rede, que conta com uma representação abrangente das áreas governativas, sobre uma temática que assume uma relevância crescente.

Aspetos metodológicos

O exercício que está na base da Lista dos Instrumentos de Planeamento consistiu na análise de um conjunto de mais de três centenas de instrumentos, onde cerca de metade constava de um

levantamento inicial feito pelo PlanAPP e outra metade foram indicados pelas diversas áreas governativas. Importa destacar que o objeto de análise são os documentos que dão forma aos Instrumentos de Planeamento (IP), não obstante a centralidade dos processos de planeamento em que se inserem/de que resultam os IP.

A elaboração da Lista dos Instrumentos de Planeamento assentou numa metodologia desenvolvida para o efeito. A primeira parte da metodologia incide nos Instrumentos de Planeamento, enquanto objeto de análise, e decorre da necessidade de delimitar estes instrumentos face ao universo dos instrumentos de política pública. Nesse sentido, foi desenvolvida a seguinte definição de Instrumento de Planeamento, com base na bibliografia e no conhecimento conjunto dos membros da EMPE da REPLAN:

- **Instrumento de planeamento:** Um documento aprovado ou previsto pelo Governo, através de um ato normativo, que determina um conjunto escalonado de orientações mensuráveis para a ação governativa num horizonte temporal pré-definido, que devem estar organizadas numa estrutura que abranja pelo menos dois níveis de orientações, articulados entre si.

Esta definição cumpre uma função instrumental de delimitação dos Instrumentos de Planeamento face aos demais instrumentos de política pública. Por outro lado, cumpre também uma função normativa de construir uma noção partilhada desta tipologia de instrumentos.

A segunda parte da metodologia incide no conjunto de procedimentos que deram origem à Lista ora apresentada. Ainda no plano conceptual, foi desenvolvido um conjunto interligado de critérios a que os Instrumentos de Planeamento devem atender. Os critérios dividem-se entre critérios de admissibilidade e critérios substantivos.

A Lista dos Instrumentos de Planeamento diz respeito apenas a instrumentos e documentos de nível nacional. No que concerne a dimensão temporal, o ano de referência é 2023, pelo que foram incluídos os instrumentos com um horizonte temporal que incluía o ano de 2023¹. Nesse sentido, os critérios de admissibilidade visam excluir, numa fase preliminar da análise, os instrumentos que não se enquadram no âmbito do exercício, tais como aqueles que se encontram em elaboração ou cujo horizonte temporal foi ultrapassado, os que incidem numa área geograficamente circunscrita do território nacional (e.g. região, etc.) ou cuja aplicação extravasa as fronteiras nacionais (e.g. natureza transfronteiriça ou supranacional), bem como os documentos que apenas criam estruturas operacionais.

Os critérios substantivos incidem nos documentos e abrangem as características que se devem observar num IP. A partir da definição de Instrumento de Planeamento foram criados cinco critérios substantivos:

- **Formalização e responsabilidade pelo ato:** o instrumento deve assumir a forma de ato normativo **ou** a sua elaboração estar prevista num ato normativo do Governo;

¹ Bem como aqueles que tenham sido aprovados em 2023, ainda que tenham sido publicados já no ano de 2024

- **Função:** o instrumento deve orientar (explicitamente) a ação do Governo, da Administração Pública ou de parte dos mesmos;
- **Orientações:** o instrumento deve apresentar pelo menos dois níveis distintos de orientações (e.g. objetivos e medidas);
- **Estrutura das orientações:** o instrumento deve apresentar orientações escalonadas, explicitando a relação ou ligação entre diferentes níveis de orientações (e.g. cada medida insere-se num eixo de atuação, que concorre para um objetivo);
- **Horizonte temporal:** o instrumento deve definir um horizonte temporal, associado à produção de efeitos, **ou** conter uma calendarização para a implementação das orientações.

Em casos pontuais de instrumentos complementares entre si e pertencentes ao mesmo processo de planeamento, a análise incidu no conjunto dos documentos associados ao mesmo processo de planeamento. Nesses casos, a numeração dos instrumentos partilha os primeiros cinco algarismos de forma a facilitar a sua identificação².

A aplicação dos critérios foi feita de forma sequencial e cumulativa, pelo que na Lista dos Instrumentos de Planeamento apenas configuram como IP, os instrumentos analisados que cumprem todos os critérios enunciados. Não obstante, é possível encontrar um conjunto de outros documentos numa segunda tabela da Lista, designados de documentos de enquadramento dos processos de planeamento, que, apesar de não cumprirem os critérios, merecem ser destacados pela função orientadora dos processos de planeamento, nas respetivas áreas temáticas.

² Estes IP encontram-se sublinhados a um azul mais claro e a designação dos instrumentos está indentada com um ponto.



RePLAN

Rede de Serviços de Planeamento
e Prospetiva da Administração Pública

